

A banalidade do mal na internet: aplicando Arendt, Nietzsche e Hobbes para pensar comentários políticos agressivos

The banality of evil on the Internet: applying Arendt, Nietzsche and Hobbes to think aggressive political comments

Jeferson BERTOLINI¹

Resumo

Este artigo aborda conceitos filosóficos de Hannah Arendt (1906-1975), Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Thomas Hobbes (1588-1679) para refletir sobre os comentários agressivos na internet. Analisa-se comentários de março de 2016, durante noticiário da crise política brasileira. O texto é baseado em observação e levantamento bibliográfico. Concluiu que a acidez dos comentários endossa a ideia de que o mal se banalizou (Arendt); que o homem moderno, pela odiosidade que traz em si e manifesta na rede, é algo a ser superado (Nietzsche); e que, com as devidas proporções, viveu-se no período analisado um pseudoestado de natureza, de luta de todos contra todos (Hobbes) no ambiente digital.

Palavras-chave: Agressividade. Internet. Comentários.

Abstract

This article uses philosophical concepts of Hannah Arendt (1906-1975), Friedrich Nietzsche (1844-1900) and Thomas Hobbes (1588-1679) to think the aggressive comments on the internet. Analyzes comments from March 2016, during the Brazilian political crisis. The text is based on observation and literature review. It concluded that the acidity of comments endorse the idea that evil is trivialized (Arendt); that modern man, the hatred that brings itself and manifests itself in the network, is something to be overcome (Nietzsche); and that was seen in the period analyzed a state of nature, the struggle of all against all (Hobbes) in the digital environment.

Keywords: Aggressiveness. Internet. Comments.

Introdução

Banalidade do mal é um termo criado por Hannah Arendt (1906-1975) nos anos 1960. Em síntese, diz que o mal pode ser praticado cotidianamente por qualquer indivíduo, e não apenas por aqueles considerados monstros.

¹ Doutorando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
E-mail: jefersonbertolini@gmail.com

Este artigo aborda tal termo para pensar a agressividade nos comentários de internet. Trata-se de um problema crescente na rede: exala-se o ódio sobretudo em caixas de diálogo de sites noticiosos e redes sociais.

No Brasil, um dos momentos mais críticos ocorreu em março de 2016, durante o controverso noticiário da crise política. Os embates entre coxinhas e petralhas, como ficaram conhecidos, respectivamente, os opositores e os defensores do PT, tornaram o ambiente digital odioso. Muitos foram *hater*² por um dia!

Este texto não pretende categorizar os comentários do referido período. Seria desnecessário reproduzir a acidez observada em sites e redes sociais. O objetivo é refletir sobre o episódio à luz da Filosofia e da Ciência Política. Usa-se, além de Arendt, conceitos de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e de Thomas Hobbes (1588-1679).

No enfoque proposto, considerara-se que Arendt pensou a maldade no âmbito na condição humana³; Nietzsche pensou a relação mal/bem na esfera da moralidade, sobretudo a moralidade cristã; Hobbes o fez no campo político.

O texto baseia-se em levantamento bibliográfico, básico ao trabalho científico porque “permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, p. 32), e na observação de comentários do noticiário político de março de 2016. A observação, explica Abramo (1979), permite que o pesquisador assista ao fenômeno estudado.

O artigo associa temas da Filosofia e da Ciência Política à Comunicação Social por meio de técnica interdisciplinar, usada “sempre que topamos com uma disciplina cujo lugar não está traçado no grande mapa dos saberes” (POMBO, 2007, p. 6).

O manuscrito está dividido em cinco partes. A primeira destaca a banalidade do mal em Arendt. A segunda fala da superação do homem em Nietzsche. A terceira resgata Hobbes para pensar a maldade entre os súditos no estado de natureza (antes da sociedade política). A quarta define ciberespaço e interatividade, respectivamente o ambiente e o gesto que permitem o ato de comentar.

² Chama-se *hater* aquele que usa a rede para disseminar o ódio. O *hater* age em vez de comentar. É diferente do troll, que tende a comentar sistematicamente um assunto para causar discussão.

³ O termo *condição humana* substitui o termo *natureza humana* em observância aos estudos evolucionistas, quando estes mostram que não há a diferença historicamente suposta entre humanos e animais. Foley (2003, p. 36) afirma que “cada vez que um traço é identificado como especificamente humano se descobre que os animais possuem-no também”. Singer (2004) acrescenta que, nos dias de hoje, pensar os animais como uma espécie inferior, em vez de uma espécie com características diferentes, constitui especismo. O especismo está para as espécies como o racismo está para as raças.

O texto conclui que (1) os comentários odiosos reforçam a ideia de que o mal se banalizou (Arendt); (2) que o homem moderno, pela odiosidade que traz em si e manifesta na rede, ainda é algo a ser superado (Nietzsche); (3) que, com as devidas proporções, viveu-se no período analisado um pseudoestado de natureza, de luta de todos contra todos (Hobbes) no ambiente digital.

Arendt: o mal não nos horroriza mais

Arendt (1983) criou o termo *banalidade do mal* após cobrir, em Israel, como enviada da revista *The New Yorker*, o julgamento do nazista Adolf Eichmann. Acusado de genocídio e de crimes contra a humanidade na guerra, Eichmann foi enforcado em 1962. Ele era o braço direito de Hitler.

Na perspectiva da autora, a experiência do nazismo é um exemplo de que o mal se banalizou e que a sociedade ocidental já se acostumou com todo tipo de atrocidades. No caso específico de Eichmann, ela percebeu que o carrasco não era antissemita, como previa o nazismo. Era apenas um burocrata que cumpria ordens sem questioná-las. Ou seja, era um caso emblemático de alguém que praticava o mal no cotidiano sem dar-se conta disso (porque o mal se banalizou e se naturalizou).

A banalidade do mal não minimiza o horror dos atos maléficis. A recusa em ver as pessoas que cometem atos maldosos como monstros traz esses atos para perto de nossa vida cotidiana, diz a autora. Isso nos desafia a considerar o mal como algo de que todos somos capazes de praticar (BUCKINGHAM et al, 2011, p. 272).

Arendt (ibid) entende que os sistemas políticos opressivos são capazes de tirar vantagem da vulnerabilidade humana à maldade porque fazem parecer normal atos que seriam considerados impensáveis. Nesse contexto, ressalta a autora, devemos nos precaver contra as falhas dos regimes políticos, assim como devemos nos precaver das falhas em nossos pensamentos e julgamentos.

Hannah Arendt era judia. Portanto, tinha uma percepção bem clara dos regimes totalitários antes de cobrir, como jornalista, o julgamento de Eichmann em Israel. Para ela, “os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas” (ARENDR, 2012, p. 436).

A autora enfatiza que o antissemitismo moderno, manipulado como instrumento de poder, e o imperialismo surgido nos países europeus no século XIX estão na raiz do totalitarismo. Assim, considera que a Alemanha nazista e a Rússia stalinista foram os principais regimes totalitários de nossa era. Para o funcionamento desse tipo de regime, diz a autora, são fundamentais três fenômenos: a transformação de classes em massas, o papel da propaganda e o uso do terror.

O antissemitismo (não apenas o ódio aos judeus), o imperialismo (não apenas a conquista) e o totalitarismo (não apenas a ditadura) - um após o outro, um mais brutalmente que o outro - demonstraram que a dignidade humana precisa de nova garantia, somente encontrável em novos princípios políticos e em uma nova lei na terra, cuja vigência desta vez alcance toda a humanidade, mas cujo poder deve permanecer estritamente limitado, estabelecido e controlado por entidades territoriais novamente definidas (ARENDR, 2012, p. 14).

A crítica contundente aos regimes totalitários não se deve apenas ao fato de eles promoverem a maldade física, como se viu nos campos de concentração do nazismo. Deve-se também ao fato de eles inviabilizarem a nossa *condição humana* (fazem isso pelo cerceamento do espaço político e público).

Para Arendt (2005), é na esfera política e pública que realizamos nossa condição de seres humanos (só nos reconhecemos como humanos pela capacidade de nos organizarmos e de agirmos politicamente). Na perspectiva da autora, existem três atividades humanas fundamentais: (1) trabalho, (2) obra e (3) ação. As duas primeiras referem-se à vida privada. A última refere-se à vida pública, onde existimos como seres políticos (significa que somos capazes de combater o totalitarismo, que se apoia no desaparecimento do espaço público e no isolamento político do indivíduo, e a violência que se lhe é peculiar).

Arendt (2005) é uma defensora da *ação* por considerar que a *ação* é o principal meio para reafirmarmos nossa condição humana. Ela critica, na era moderna, a importância que foi atribuída ao *trabalho*. O fato de o *trabalho* ter sido colocado acima de todas as outras atividades humanas inviabiliza a ação política ou, nas palavras dela, inviabiliza um verdadeiro espaço público, plural e autônomo de deliberação e iniciativa.

Na classificação da autora, o (1) trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano; é a atividade de penas e fadigas que não termina enquanto durar a vida. A condição humana do trabalho é a própria vida.

A (2) obra produz um mundo artificial de objetos. Trata-se de uma atividade que possui um começo preciso e um fim determinado num objeto durável, utilizado para fins que não são propriamente os da vida biológica. Na obra, o fim é atingido quando o objeto está acabado. No trabalho, a atividade só chega ao fim quando o organismo morre. “A obra de nossas mãos, diferentemente do trabalho de nossos corpos, fabrica a variedade infinita das coisas do mundo em que vivemos. Tais coisas não são bens de consumo, mas objetos de uso” (ARENDDT, 2005, p. 183).

A (3) ação é a atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação dos objetos ou da matéria. Essa atividade humana corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. “A ação é um lembrete que diz que, embora tenha que morrer, o homem não nasceu para morrer, mas para criar algo novo” (ibid, p. 194). A vida, em seu sentido não biológico, se manifesta na ação e na fala. “Com a palavra e o ato nós nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos o fato bruto de nosso aparecimento físico original” (ibid, p. 190).

Nietzsche: o homem é algo a ser superado

A ideia de banalidade do mal rendeu críticas a Arendt (1983). E até hoje é questionada, apesar de a maldade nos cercar - que o digam as vítimas do Estado Islâmico, as mulheres agredidas dentro de casa, os gays espancados na rua, os animais confinados em baias à espera do abate, os jovens baleados, os motoristas agredidos no trânsito, os comentários odiosos na internet etc.

Nietzsche (2011) não diz diretamente que o homem é um ser maldoso ou um ser propenso à maldade. Ele defende que o homem como o conhecemos é um sujeito inacabado. É nesse sentido que afirma, em uma de suas frases mais notórias, que *o homem é algo a ser superado*⁴.

⁴ A ideia de homem como *algo a ser superado* foi apresentada em *Assim falou Zarathustra* ([1883] 2011). Zarathustra, o personagem do livro, vem de Zoroastro (628-551 a.C), que fundou uma religião baseada na

A superação do homem passa pela *vontade de poder*, um dos principais conceitos do autor. Não se trata de uma busca por dominar e controlar. Não é uma vontade de poder sobre os outros. Diz respeito à luta pelos objetivos mais elevados da vida. Tais objetivos, avalia o autor, deveriam mover o comportamento humano. Para Nietzsche (ibid), a vontade de poder é mais forte que a *vontade de viver*⁵. Porque só se pode alcançar uma vida digna atingindo valores mais elevados que a simples sobrevivência.

A superação do homem também passa pela ideia de *super-homem*, outro conceito notório. Na perspectiva de Nietzsche (2011), a humanidade é só uma ponte entre os animais e o super-homem por vir. Um super-homem não é uma evolução biológica da humanidade. “É um ser que se tornou senhor de si mesmo e é capaz de buscar suas próprias verdades, rejeitando aqueles que oferecem verdades do além” (KELLY et al, 2013, p. 199).

A ideia de homem como algo a ser superado também está diretamente ligada com a ideia da *morte de Deus*, talvez um dos termos mais conhecidos da obra nietzschiana. A morte de Deus, anunciada pelo personagem Zaratrusta, não é só um ataque à religião. É também a morte de todos os valores ditos elevados que herdamos dessa crença.

Em outra frente, Nietzsche (2001) diz que é preciso romper com a moralidade ocidental, que julga determinar a forma como pensamos o bem e o mal. Para o autor, esse sistema binário vem da Grécia Antiga, que opunha a moralidade do senhor (era o bem; referia-se à saúde, à força e à riqueza) e a moralidade do escravo (era o mal; referia-se à doença, à fraqueza e à pobreza).

A maneira como pensamos o bem e mal, observa Nietzsche (ibid), também se deve a um conjunto de valores comportamentais que se inverteram ao longo da história: na Antiguidade se valorizava as qualidades do leão (força, vitalidade, poder) ao passo que na modernidade se valoriza as qualidades do cordeiro (humilde, inofensivo). Para o

luta entre bem e mal. No livro, considerado um dos mais relevantes do autor, Zaratrusta tenta ensinar ao mundo uma nova forma de pensar e viver.

⁵ O conceito de Nietzsche de *vontade de poder* (ou vontade de potência) é inspirado no conceito de *vontade de viver*, de Arthur Schopenhauer (1788-1860). Schopenhauer falava em *vontade de viver* como uma luta durante a vida toda para evitar a morte como o fim.

autor, essa substituição histórica das virtudes afirmativas da vida pelas virtudes negadoras da vida se deveu ao desenvolvimento das religiões monoteístas.

No plano geral, Nietzsche (2011, 2001) criticou três ideias da história ocidental: a ideia que temos de natureza humana (pensamos o homem como uma espécie evoluída e bondosa); a ideia que temos de Deus (como ser bondoso e justo); a ideia que temos sobre a moralidade ou ética (nos deixamos guiar por princípios filosóficos ou cristãos de homem bom e correto).

O autor criticava o cristianismo⁶ quanto este prega que o mundo real (ou mundo mais importante) existe em algum lugar do além, e não aqui. Na perspectiva do autor, a crença naquilo prometido, que está por vir, nos impede de viver inteiramente o agora, neste mundo.

Friedrich Nietzsche morreu aos 56 anos de idade. Enlouqueceu. Em uma fase menos escura de sua obra, pregava a revalorização de todos os valores. Isso inauguraria uma filosofia da alegria, cujo maior propósito seria afirmar a vida. O autor entendia que muitas coisas que pensamos como “boas” são maneiras de afastar as pessoas da vida. Exemplos: podemos pensar que não é bom bancar o tolo em público, e assim resistir ao impulso de dançar na rua; podemos acreditar que os desejos da carne são impuros, e punirmo-nos quando eles se manifestam (BUCKINGHAM et al, 2011, p. 218).

Nietzsche chegou a ser acusado de nazista, o que o colocaria em rota de colisão com Arendt (1983). Seus apontamentos sobre o homem como algo a ser melhorado e sobre o super-homem por vir foram vistos como compatíveis com a política nazista. Mas descobriu-se logo que havia sido a irmã do autor, antissemita, que havia editado as obras de modo que fossem afins com o nazismo.

⁶ Nietzsche (2001) também criticava a filosofia de Platão, o primeiro a fazer a divisão entre mundo aparente (que se revela a nós por meio de nossos sentidos) e mundo real (que podemos apreender pelo intelecto). Platão dizia que tudo neste mundo é apenas uma sombra das formas de outro mundo. Para Nietzsche, o cristianismo se inspirou nessa dualidade, opondo o mundo que vivemos agora (menos real que o céu) e o mundo do céu (prometido aos bondosos). Assim, o cristianismo estaria nos pedindo para negar a vida presente em favor da promessa da vida por vir (BUCKINGHAM et al, 2011, p. 220).

Hobbes: a política evita a guerra de todos contra todos

A maldade também já foi pensada no âmbito político, onde ocorreram, em março de 2016, os embates entre defensores e opositores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, e o juiz federal Sergio Moro, da Operação Lava Jato, deflagrada dois anos antes para combater casos de corrupção no governo.

Hobbes (2003) foi o primeiro a escrever sobre o contrato social⁷, um termo notório da ciência política⁸ moderna. Trata-se de um acordo por meio do qual os súditos (povo) aceitam se submeter a um soberano (Estado) em troca de proteção.

O inglês acreditava que só um *poder comum* poderia livrar o povo da barbárie, da luta de todos contra todos do estado de natureza, a condição na qual, em seu ponto de vista, os homens viviam em permanente estado de guerra, em busca da autopreservação (com as devidas proporções, teria ocorrido algo parecido com isto, nas ruas e nas redes sociais, em maio de 2016 no Brasil?). O *Leviatã*⁹ representa o poder comum.

É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes daquele Deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus imortal, a nossa paz e defesa. Pois, graças a esta autoridade que lhe é dada por cada individuo na república, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz no seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência da república (HOBBS, 2003, p. 147).

Hobbes sustentava que o Leviatã seria o encarregado de zelar pela segurança da nação, se chamaria soberano e teria poderes ilimitados. “Aquele que é portador dessa pessoa chama-se soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os demais são súditos” (HOBBS, 2003, p. 148).

⁷ Hobbes escreveu *Leviatã*, no qual apresenta o contrato social, durante a Guerra Civil inglesa (1642-1651). O clima hostil que presenciou teve influência na obra.

⁸ John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778) também escreveram sobre o contrato social. Diferentemente de Hobbes (2003), eles defendiam a liberdade dos súditos.

⁹ O pensamento político moderno foi iniciado com Nicolau Maquiavel (1469-1527). O italiano afastou a política do campo moral, dizendo que o governante deveria ser útil ao povo, antes de exemplo ético. Em *O Príncipe* usou expressões como “é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade”; “é muito mais seguro a um príncipe ser temido que amado”; “o príncipe não pode nem deve guardar a palavra dada”.

No entender do autor, o Leviatã preservaria o homem da selvageria do estado de natureza, marcado pela escassez de bens. Nessas condições, os homens se tornariam vulneráveis e imprevisíveis, e entrariam em atrito para garantir comida, abrigo e a autoproteção. Os mais fortes tentariam tomar o poder porque “se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo, que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos” (HOBBS, 2003, p. 107).

Hobbes acrescenta que os homens entrariam em discórdia por três causas principais: a *competição*, a *desconfiança* e a *glória*. Só a instauração de um poder comum (o Estado) seria capaz de manter os homens em *temor respeitoso*.

De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defenderem-nos; e os terceiros, por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma opinião diferente, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido às suas pessoas, quer indiretamente aos seus parentes, amigos, nação, profissão ou ao seu nome. Com isto torna-se manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de mantê-los todos em temor respeitoso, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens (HOBBS, 2003, p. 108-109).

Hobbes acreditava que não era possível conter os homens pela força das palavras. Então dizia que só o medo poderia mantê-los em paz. “Dado que a força das palavras é fraca para obrigar os homens a cumprirem os seus pactos, só é possível conceber, na natureza do homem, duas maneiras de a reforçar. Estas são o medo das consequências de faltar à palavra dada, ou a glória de aparentar não precisar faltar a ela” (HOBBS, 2003, p. 122).

O autor dizia que na guerra de todos contra todos do estado de natureza nada poderia ser injusto. Assim, entendia que onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há justiça. Isso semeava a barbárie.

Ciberespaço: o ambiente em que potencializa a maldade

Os comentários em redes sociais e sites de notícia são um fenômeno recente, que surgiu a reboque do ciberespaço¹⁰, um sistema de comunicação eletrônica global que se popularizou a partir dos anos 2000.

Para Santaella (2004), o ciberespaço reúne humanos e computadores em uma relação simbiótica que cresce graças à comunicação interativa. “Ciberespaço é um espaço informacional no qual os dados são configurados de tal modo que o usuário pode acessar, movimentar e trocar informação com um incontável número de outros usuários” (SANTAELLA, 2004, p. 45).

Lévy (1996) acrescenta que o avanço do ambiente virtual, aquele que “não é falso ou imaginário, mas a dinâmica mesma do mundo comum, através do qual compartilhamos uma realidade”, coloca o computador no centro da relação humana moderna. “No limite só há hoje um único computador, um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma; um computador disperso, vivo, virtual, um computador de Babel: o próprio ciberespaço (LÉVY, 1996, p. 47).

O autor enfatiza que o ciberespaço é um espaço não físico ou territorial, que se compõe de um conjunto de redes de computadores através das quais as informações circulam. “O espaço cibernético é um terreno onde está funcionando a humanidade, hoje. É um novo espaço de interação humana” (LÉVY, 1996, p. 35).

Um dos resultados dessa interação entre homens e máquinas em rede é o que Lévy (1994, p. 28) classifica de inteligência coletiva, aquela “distribuída por toda parte, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”.

Lemus (2003) diz que o potencial do ciberespaço está em sua capacidade de criar uma comunicação ágil, livre e social que pode ajudar na democratização dos meios de comunicação. O autor acredita que o internauta pode contribuir com os meios na a produção de um conteúdo enriquecido e útil à população.

¹⁰ *Cyber* vem do grego, e quer dizer controle. Espaço carrega a ideia de lugar. O termo foi empregado pela primeira vez por Gibson (1984), em um romance. O autor considera o ciberespaço “uma representação física e multidimensional do universo abstrato da informação, um lugar para onde se vai com a mente, catapultada pela tecnologia, enquanto o corpo fica para trás” (GIBSON, 1984, p. 27).

Uma das características mais marcantes do ciberespaço é a interatividade. Ela permite a aproximação entre receptor e emissor da mensagem. Assim, os comentários na internet são uma forma básica de interação do internauta.

Salaverría (2005) aponta quatro tipos de interatividade: *conversacional* (na qual ocorre a maior parte dos comentários), *de transmissão* (só permite ativar ou cancelar uma emissão de mensagem), *de consulta* (o usuário escolhe entre um menu de alternativas) e *de registro* (pela qual os meios de comunicação entendem e se adaptam aos usuários).

Santaella (2004, p. 155) distingue três modalidades de interatividade: de *seleção* (consiste, por exemplo, tocar nas teclas de um videocassete para fazer avançar as imagens), de *conteúdo* (oferece ao usuário a ocasião para modificações simuladas do conteúdo de imagens ou mesmo criação de imagens) e *interações mistas* (quando existe mais facilidade de acesso e de consulta).

Zamith (2011) lembra que a interatividade não nasceu com a internet. Ela já estava presente no rádio e na televisão, apesar de normalmente limitada a curtas intervenções, muito condicionadas pelos temas escolhidos e coordenados pelo moderador do debate.

Na internet, as possibilidades de interação dos visitantes, quer entre si, quer com os jornalistas, são maiores, podendo assumir a forma de comentários publicados junto às notícias, troca de emails entre utilizadores e jornalistas, fóruns de discussão, salas de comunicação instantânea, inquéritos ou sistemas de valoração dos conteúdos. Paralelamente, o cibermeio pode permitir que o utilizador participe ativamente no processo de construção noticiosa, nomeadamente através do envio ou publicação de informações, correções, notícias ou reportagens, em texto, fotografia e ou vídeo. A abertura ou não do cibermeio à publicação de conteúdos gerados por utilizadores tem suscitado grande controvérsia (ZAMITH, 2011, p. 28).

A ideia de interatividade não pode estar associada só aos computadores, defende Primo (2003). Segundo o autor, o adjetivo *interativo* sempre serviu para qualificar qualquer sistema cujo funcionamento permita ao usuário algum nível de participação.

Silva (1998) nota certa banalidade no termo. Ele cita exemplos fora do mundo dos computadores:

Os exemplos são abundantes. O cinema cujas cadeiras balançam sincronizadamente com o filme exibido é chamado de cinema

interativo. Interativo apenas porque as cadeiras balançam, mas ninguém está interagindo com coisa alguma. Na televisão, quando um programa supõe respostas dos telespectadores por telefone, é chamada de TV interativa. Interativa somente porque as pessoas respondem x ou y, sim ou não. No teatro, quando os atores se envolvem diretamente com pessoas da plateia, previamente preparadas ou não, é teatro interativo (SILVA, 1998, p. 35).

O conceito de interação é usado em outras áreas do conhecimento, que não a informática, observa Silva (1998). Na física, refere-se ao comportamento de partículas cujo movimento é alterado pelo movimento de outras partículas. Em sociologia e psicologia social a premissa é: nenhuma ação humana ou social existe separada da interação, conceito que para o setor designa a influência recíproca dos atos de pessoas ou grupos.

Considerações finais

Os comentários odiosos que dominaram a internet brasileira em março de 2016, no maior embate político da história recente do país, chamaram a atenção pela acidez. Mas não inauguraram a maldade na rede.

Um olhar minimamente atento encontra xingamentos, palavrões e até incitação a crimes violentos em qualquer reportagem publicada na internet, sobretudo as que tratam de temas relacionados a sexo e raça.

Em 2015, para citar um caso conhecido na mídia brasileira, comentários odiosos viraram notícia, em vez de completá-la, em casos de racismo contra a jornalista Maria Julia Coutinho, quando esta passou a apresentar o tempo no *Jornal Nacional*, e as atrizes Taís Araújo, Cris Vianna e Sheron Menezes, da *Rede Globo*.

O racismo, afirma a psicóloga Juliana Cunha, da ONG Safernet Brasil, costuma liderar a lista de ataques na internet. Em seguida vêm os comentários agressivos contra pessoas de outras regiões do país. Para a psicóloga, os *haters* fazem comentários de forma impulsiva. “Eles relatam que escreveram e só depois pensam, ou nem sempre pensam”, disse em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo*¹¹.

A psicóloga Pamela Rutledge, do Centro de Pesquisas sobre Psicologia e Mídia, nos EUA, diz que os comentários agressivos geralmente são feitos por pessoas

¹¹ Íntegra disponível em: <http://migre.me/spfg5>. Acessado em: dezembro de 2015.

impotentes, frustradas e com necessidade de se impor sobre as outras. “Já estamos acostumados com a ideia de que nosso comportamento obedece a regras sociais, mas ainda não percebemos que o mesmo vale na internet”, disse à *BBC*¹².

Em parte, o problema se deve ao aparente uso inadequado da liberdade de expressão trazida pela internet: ante temas polêmicos, tem-se escrito acidamente, sem consciência do ato ou das consequências dele. Importante lembrar que o marco civil da internet, aprovado em 2014, define que os meios de comunicação não são responsáveis por conteúdos gerados por terceiros. A responsabilidade dos veículos começa apenas a partir de uma ordem judicial determinando a retirada do conteúdo. Antes disso, a responsabilidade recai sobre o autor.

No episódio de março de 2016, a situação econômica do país pode ter contribuído com o tom grave nos comentários que se viu na web. Por outro lado, desprezando a maldade, pode-se pensar que o ato de comentar representa uma nova consciência política do brasileiro.

Aplicando Arendt (1983, 2005, 2012), poderia se pensar que: (1) os comentários agressivos na internet reforçam a ideia de que o mal se banalizou em nosso meio; (2) que, apesar de vias questionáveis, estamos reivindicando nosso espaço público, de deliberação e de ação política; (3) a internet, ao permitir a liberdade de expressão, minimiza as chances de sucesso de qualquer forma de autoritarismo, seja político, judiciário ou midiático.

Aplicando Nietzsche (2011, 2001), poderia se pensar que: (1) o homem moderno, pela odiosidade que traz em si e manifesta na rede, ainda está na condição de algo a ser superado; (2) a moralidade ocidental ainda reina entre nós, alimentando um ideal de bondade que talvez seja impossível de atingir.

Aplicando Hobbes (2003), poderia se dizer que: (1) com as devidas proporções, viveu-se em março de 2016, nas ruas e principalmente na internet, um pseudoestado de natureza, de luta de todos contra todos, em busca de autopreservação.

¹² Íntegra da entrevista disponível em: <http://migre.me/soxVD>. Acessado em: dezembro de 2015.

Referências

- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. *In: Pesquisa social, projeto e planejamento*. São Paulo: Quieiroz Editor, 1979
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983
- _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2005
- _____. **Origens do totalitarismo**; tradução Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 2012
- BUCKINGHAM, Will et. al. **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo Livros, 2011
- FOLEY, Robert. **Os humanos antes da humanidade**. Uma perspectiva evolucionista. São Paulo: Unesp, 2003.
- FONSECA, João José. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002
- GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 1984
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- KELLY, Paul et al. **O livro da política**. São Paulo: Globo, 2013
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996
- _____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1994
- LEMUS, André. **Cibercidades**: um modelo de inteligência coletiva. In. Cibercidade. Cidades na cibercultura. Rio de Janeiro. Editora e-papers, 2003
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**: escritos políticos. 3. ed. (Coleção Os pensadores) Tradução de Livio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratrusta**: um livro para todos e para ninguém; tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2011
- _____. **Além do bem e do mal**: ou prelúdio de uma filosofia do futuro; tradução de Márcio Pugliese. Curitiba: Hemus, 2001
- PRIMO, Alex. **Quão interativo é o hipertexto?** Da interface potencial à escrita coletiva. Fronteiras: Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 5, n. 2, 2003
- POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. Conferencia proferida no Colóquio "Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade", promovido pela Cátedra Humanismo Latino, Porto, 2007

SALAVERRÍA, Ramón. **Redacción periodística en internet**. Barañáin: Ediciones Universidad de Navarra, 2005

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. 4.ed. São Paulo: Paulus, 2004

SILVA, Marco. **O que é interatividade**. In: Boletim técnico Senac, v.24, nº2, Rio de Janeiro, 1998

SINGER, Peter. **Libertação animal**. Porto Alegre: Lugano, 2004

ZAMITH, Fernando. **A contextualização no ciberjornalismo**. 293 f. 2011. Tese (doutorado em Informação e comunicação em plataformas digitais). Faculdades de Letras. Universidade do Porto, 2011